



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019), ocorreu à primeira chamada, às dez horas (10h:00m), em segunda e última convocação às dez horas e trinta minutos (10h:30m), na sede do CIOP, localizado na Rua Coronel Albino N° 550, Vila Maristela, em Presidente Prudente/SP, por convocação do Presidente, o **Sr. Cristiano Macedo Engel**, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os representantes dos municípios consorciados, a senhora **Elza Gracinda Costa Tumitan**, Prefeita Municipal de Alfredo Marcondes, o senhor **Roger Gasques**, Prefeito Municipal de Álvares Machado, o senhor **Murilo Nobrega Campos**, Prefeito Municipal de Iepê, a senhora **Celeide Aparecida Floriano**, Prefeita Municipal de Indiana, o senhor **Cristiano Macedo Engel**, Prefeito Municipal de Martinópolis, o senhor **Itamar dos Santos Silva**, Prefeito Municipal de Narandiba, a senhora **Cássia Regina Zaffani Furlan**, Prefeita Municipal de Presidente Epitácio, o senhor **Nelson Bugalho**, Prefeito Municipal de Presidente Prudente, o senhor **Silvio Gabriel**, Prefeito Municipal de Rosana, o senhor **Roberto Volpe**, Prefeito Municipal de Santo Anastácio, o senhor **Ailton Cesar Herling**, Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio, o Diretor Executivo, o senhor Carlos Augusto Vreche e o Diretor Jurídico, o Dr. Rangel Strasser Filho. Também participou como ouvinte o Controlador Interno do CIOP, o Sr. Luis Gustavo Deguchi e munícipes dos Municípios de Santo Expedito, Rosana, Martinópolis, Presidente Prudente e Alfredo Marcondes. O presidente, Cristiano Macedo Engel, abre a reunião agradecendo a Deus e a presença de todos. Aberta a sessão, passou-se à deliberação e votação dos itens constantes na pauta do dia: **1. Deliberação e Aprovação do "Plano de Trabalho – Processo Administrativo nº 11/2019 – Serviços em Atenção Básica – Município de Regente Feijó"**: o Presidente solicitou ao Diretor Executivo a explanação acerca dos serviços a serem executados ao Município. Aceito por todos os presentes, **aprovado por unanimidade**. **2. Deliberação e Aprovação do "Plano de Trabalho – Processo Administrativo nº 15/2019 – Serviços em Atenção Básica – Município de**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Narandiba": o Presidente solicitou ao Diretor Executivo a explanação acerca dos serviços a serem executados ao Município. Aceito por todos os presentes, **aprovado por unanimidade**. Após a votação das duas primeiras pautas, com a palavra o Presidente trouxe à baila a possibilidade da alteração forma de liberação de serviços aos Municípios, dando maior celeridade e agilidade já que os Municípios necessitam do serviço e ficam esperando a deliberação e aprovação pela Assembleia, e em decorrência de todos os Prefeitos terem seus compromissos Municipais, não podendo se reunir sempre que surge a solicitação de serviços pelos Municípios, assim nos Processos Administrativos de solicitação de serviços daqueles que envolvam apenas custos para o Município Consorciado solicitante que a deliberação e aprovação do serviço solicitado se estabeleçam de competência do Conselho Diretor para posterior Ratificação pela Assembleia Geral, sendo **aprovado pelos membros da Assembleia**. O Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio Sr. Ailton Cesar Herling recomendou que o município consorciado que solicita o serviço ao Consórcio através de seu Prefeito Municipal exponha na Assembleia a necessidade da solicitação do serviço ou envie um representante para expor as necessidades destes para a Assembleia, o Presidente do CIOP solicitou ao Diretor Executivo que faça estudo da proposta para futura deliberação em Assembleia. **3. Deliberação e Aprovação da Alteração do Plano de Trabalho do Contrato nº 01/2016 – Complexo Turístico Cidade da Criança:** o Presidente solicitou ao Diretor Executivo a explanação acerca da necessidade da alteração do Plano de Trabalho que se dá em razão de adequar a sua operacionalização e por cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público, aberto a votação **aprovado por unanimidade**. Dada a palavra aos membros da Assembleia, o Prefeito Municipal de Presidente Prudente Sr. Nelson Bugalho informou que as alterações são de grande necessidade já que o Plano de Trabalho foi elaborado em 2016 e nesses três anos houve muitas alterações dentro do Complexo Turístico visando sempre à melhoria no atendimento aos frequentadores do parque, informou também que o Município de Presidente Prudente foi procurado pela empresa CART que administra as rodovias na região de Presidente



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Prudente para a criação do CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres utilizando as dependências do Hospital Veterinário existente no Complexo Turístico Cidade da Criança, sendo que será custeado pela CART a reforma necessária para adequação e melhorias no Hospital Veterinário para atendimento não somente dos animais silvestres do Município de Presidente Prudente como também dos Municípios que hoje fazem parte do CIOP, conforme o Prefeito Nelson Bugalho a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo concedeu autorização de instalação do CETAS no Complexo Turístico, solicitou dos entes consorciados que queriam utilizar o Centro que seja elaborado através do CIOP um termo de compromisso para ajudar a custear os serviços. Os membros presentes solicitaram um estudo do Consórcio e verificação ao Ministério Público do Meio Ambiente da possibilidade da criação de um Fundo no Consórcio utilizando os valores de multas ambientais aplicadas para a manutenção do Hospital Veterinário da Cidade da Criança que poderá atender os municípios da região que necessitarem, criando um Centro de Triagem de Animais Silvestres. **4. Deliberação e Aprovação do arquivamento do Processo Administrativo nº 09/2019 – Dívidas dos Contratos de Rateio nº 06/2017 e nº 10/2018 do Município de Ouro Verde:** o Diretor Executivo, senhor Carlos Augusto Vreche, informou que o município de Ouro Verde respondeu aos ofícios enviados e realizou o parcelamento da dívida, que fará por meio de pagamento de boleto bancário em 3 (três) parcelas, aberta a votação aprovado por unanimidade o parcelamento da dívida e o arquivamento do Processo Administrativo nº 09/2019, ficando autorizado após emissão de Certidão pelo Setor Financeiro da quitação dos valores por parte do Município de Ouro Verde a retirada do Consórcio conforme Inciso V do Artigo 22 do Estatuto Social. **5. Deliberação e Aprovação para abertura de Processo Administrativo em face do Município de Presidente Prudente referente a repasse de valores de Contrato de Gestão Compartilhada – Creches – Contrato nº 02/2016:** aberta a palavra o Presidente solicitou ao Diretor Executivo elucidações da pauta, no qual explanou que ao após a solicitação do Município de Presidente Prudente através da Secretária Municipal de Educação –



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

SEDUC solicitando rescisão em 31/12/2018 do Contrato de Gestão Compartilhada das 03 (três) Unidades Escolares (Creches) os valores em previsão para quitação de rescisão e pagamentos de fornecedores não foram suficientes em decorrência que nos anos de 2016 e 2017 por solicitação dos Secretários de Fazenda do Município de Presidente Prudente, bem como dos gestores municipais de devolução de valores por parte do Consórcio referente aos vários Contratos mantidos pela Municipalidade com o Consórcio e quando da necessidade da devolução pelo Município seriam devolvidos aos cofres do CIOP, entre eles estavam o Contrato de Gestão das Unidade Escolares, conforme informações que esses valores devolvidos seriam para equilibrar as contas do Município nos meses de dezembro de cada ano, o Diretor Executivo informa que esses valores são de previsões que seriam necessárias para pagamento das verbas rescisórias e outras despesas. Em janeiro de 2019 em contato com a Secretária de Educação, bem como o gestor municipal informando-os que seria necessário a devolução dos valores aos cofres do CIOP para que pudessem ser realizado os pagamentos, não sendo atendido e tendo que honrar com os compromissos assumidos frente a fornecedores e funcionários o CIOP realizou e vem realizando os pagamentos das rescisões dos funcionários já que alguns estavam em processo de sindicância, afastados por problemas de saúde e algumas professoras e diretora por licença maternidade não podendo ser dispensado conforme determinada a legislação vigente trabalhista, informando ainda que todos os meses oficializa a Secretária SEDUC bem como o gestor municipal dos valores e solicita o reembolso, os valores pendentes é R\$ 118.953,58 até o mês de outubro/2019 sem correção. O Diretor Executivo informou que depois das várias tentativas de conciliação e não obtendo o ressarcimento e em decorrência que esses valores utilizados para os pagamentos são das provisões para pagamento de férias, décimo terceiro salários dos funcionários da administração do Consórcio, bem como das despesas administrativas e na falta poderá acarretar atraso no pagamento, vem expor o caso a Assembleia para as devidas providências já que esgotamos todas as formas na área administrativa. **Aprovado por unanimidade por todos os presentes a abertura do Processo**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Administrativo, insta constar que o Município de Presidente Prudente teve que se ausentar do restante da Assembleia, não votando na pauta. **6. Deliberação referente à contratação de menores aprendizes pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP conforme Notificação nº 15248062 do Ministério do Trabalho – Gerência Regional do Trabalho de Presidente Prudente:** o Presidente do CIOP solicitou ao Diretor Executivo explanação sobre o tema o que foi informado a todos os presentes a solicitação do Ministério Público do Trabalho que o Consórcio realize a contratação da cota mínima de 11 (onze) menores aprendizes, o Diretor Executivo informou aos membros da Assembleia que a Diretoria Jurídica do CIOP emitiu parecer jurídico que considerando que não há regulamentação específica no âmbito do Consórcio, bem como tendo em vista o princípio da legalidade e previsão orçamentária, aplicáveis a esta entidade autárquica define seu entendimento no sentido que o Consórcio não se enquadra na obrigatoriedade de contratação do percentual mínimo de aprendizes, mas era importante ressaltar que existe entendimento jurisprudencial diverso do exposto sustentando a obrigatoriedade da contratação de aprendizes pelas entidades autárquicas. O Presidente do CIOP solicitou que o Diretor Jurídico, o Dr. Rangel Strasser Filho, explanasse para Assembleia as duas teses o que foi realizado. O Diretor Executivo demonstrou os custos da contratação dos 11 (onze) menores aprendizes e informou que o Consórcio mantém convênio com Universidades através do CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola tendo no seu quadro 08 (oito) estagiários e se vir ter que contratar os menores aprendizes ficará inviável manter os estagiários por causa dos custos, aberta a votação reprovado por unanimidade, em razão da inexistência de previsão orçamentária, tanto da Autarquia, como dos Municípios Consorciados já que estão impossibilitados de inserirem a sua previsão, ante já terem realizado a confecção das leis orçamentárias do exercício seguinte. No entanto, ficou deliberado que será estudado e quando possível será inserido na previsão orçamentária e levada a deliberação da Assembleia. **7. Deliberação referente pregão para registro de preços visando eventual e futura aquisição de material elétrico**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

para iluminação pública de LED: o Diretor Executivo informou que somente 03 (três) Municípios se manifestaram a respeito do pregão, sendo que por se tratar de materiais que demanda de conhecimentos técnicos, nesse caso Engenheiro Elétrico o Consórcio teria que contratar um profissional já que não mantém em seu quadro, o profissional ficaria responsável pela elaboração do termo de referência, prospectos, recursos e acompanhamento do pregão, posto em votação **aprovado por unanimidade**, os membros da Assembleia solicitaram que o Diretor Executivo reenvie o ofício aos municípios consorciados para que possam integrar a licitação. **8. Deliberação e Aprovação da Previsão de Recursos para implantação do Projeto RCC – Usina Móvel de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil:** aberta a palavra o Diretor Executivo que informou que somente 10 (dez) Municípios demonstraram interesse, sendo que os Municípios de Rosana e Flora Rica não enviaram devolutiva sobre o projeto, ou seja, manifestaram adesão ou não ao projeto. O Diretor Executivo passou a expor os custos da operacionalização, após apresentação dos custos o Município de Rosana através de seu Prefeito Municipal Sr. Silvío Gabriel manifestou interesse na adesão do Município ao projeto e solicitou ao Diretor Executivo que encaminhe novamente o "Termo de Adesão", o município de Presidente Epitácio através da Prefeita Municipal Sra. Cássia Regina Zaffani Furlan solicitou a retirada do Município do projeto. **Votação prejudicada**, necessidade de novo cálculo dos custos devido à solicitação de entrada no Projeto do Município de Rosana e a retirada do Município de Presidente Epitácio, os membros solicitaram que o ofício para a sua adesão seja reiterado aos municípios consorciados. **9. Deliberação e Aprovação da Previsão de Recursos para implantação do Projeto SUASA:** aberta a palavra o Diretor Executivo informou que 13 (treze) Municípios demonstraram interesse no projeto, que os Municípios de Flora Rica, Iepê, Indiana, João Ramalho e Santo Expedito não enviaram devolutiva sobre o projeto, ou seja, manifestaram adesão ou não ao projeto. Diretor Executivo passou a expor os custos para implantação do Projeto, passada a palavra aos membros da Assembleia, o Prefeito Municipal de Teodoro Sampaio Sr. Ailton Cesar Herling debateu que poderia ser

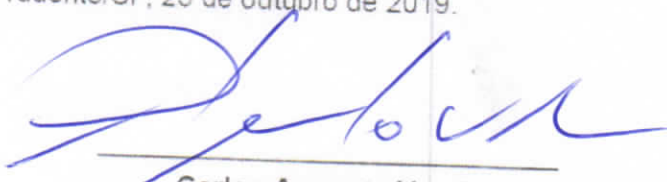


CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

retirado do custo apresentado alguns itens já que primeiramente seria contratado uma equipe para implantação administrativa do SUASA, sendo informado pelo Diretor Executivo que os custos são para montagem de 1 (uma) equipe, sem contar com os técnicos que darão suporte ao Médico Veterinário e após a implantação administrativa os custos deverão ser revistos, **Votação prejudicada** ficou definido que os novos custos solicitados pelos entes que farão parte do Projeto deverá ser enviado pelo Diretor Executivo através de e-mail para análise. Em seguida, não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente, **Sr. Cristiano Macedo Engel**, agradeceu a presença de todos e encerrou a Assembleia. A presente ATA foi lavrada por mim que assino juntamente com o Senhor Presidente.

Presidente-Prudente/SP, 25 de outubro de 2019.


Cristiano Macedo Engel
PRESIDENTE DO CIOP


Carlos Augusto Vreche
DIRETOR EXECUTIVO DO CIOP